

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.082.003 - SP (2017/0078119-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORA : LARISSA DE ABREU D'ORSI E OUTRO(S) - SP118743
AGRAVADO : MILLENIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLAS EIRELI - ME
ADVOGADOS : ANDRE ARCHETTI MAGLIO E OUTRO(S) - SP125665
BRUNO CALIXTO DE SOUZA - SP229633

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 197):

Mandado de Segurança – Parcelamento – PEP – Decreto Estadual nº 58.811/2012 – Contribuinte que quer incluir no parcelamento débitos inscritos até 31 de julho de 2012, cujas Certidões de Dívida Ativa estão agrupadas, em uma mesma Execução Fiscal, com outras relativas a débitos inscritos após aquela data – Os débitos que satisfazem às condições do parcelamento não podem ser impedidos porque agrupados em execução fiscal com outros que não satisfazem às referidas condições, dado que o parcelamento haverá de suspender a execução apenas em relação àqueles, com prosseguimento em relação a esses outros – Sentença mantida – Recursos Improvidos.

No apelo nobre (e-STJ fls. 203/215), a recorrente, apontando violação dos arts. 106 e 111 do CTN, sustentou que: **(a)** diversamente do assentado pelas instâncias ordinárias, "há sim, no Decreto Estadual 58.811/2012, expressa previsão que impede a inclusão no parcelamento de débitos cujas CDAs já estão com execução fiscal ajuizada junto com outros débitos de ICMS não abrangidos pelo benefício fiscal"; **(b)** o parágrafo acrescentado por decreto posterior esclarecendo essa condição para o parcelamento é meramente interpretativo e, por isso, retroage ao momento da adesão.

Contrarrazões às e-STJ fls. 218/224.

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender que a posição adotada no acórdão recorrido "não traduz desrespeito à legislação enfocada a ponto de permitir seja o presente alçado à instância superior" (e-STJ fl. 229); fundamento esse com o qual não concorda a agravante (e-STJ fls. 231/234).

Contraminuta às e-STJ fls. 236/239.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em comento não merece ser mesmo admitido.

O acórdão recorrido está assim fundamentado:

Em que pesem as razões expostas pela apelante, a r. sentença deve ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O Governo do Estado de São Paulo, para regulamentar o convênio firmado, editou o Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, prevendo formas de pagamento, dispensa e/ou redução de juros, hipótese de revogação do parcelamento.

Dispôs em seu artigo 4º, § 5º, item 2, "in verbis":

[...]

O Decreto como visto, estabeleceu regra expressa, na qual estão incluídos no parcelamento débitos relativos ao ICMS inscritos em dívida ativa até 31 de julho de 2012, e cujas Certidões de Dívida Ativa estejam agrupadas em uma única execução fiscal.

Veja-se que os débitos que satisfazem às condições do parcelamento não podem ser impedidos porque agrupados em execução fiscal com outros que não satisfazem às referidas condições, dado que o parcelamento haverá de suspender a execução apenas em relação àqueles, com prosseguimento em relação a esses outros.

Tal pretensão se mostra arbitrária, não sendo compatível com o princípio constitucional da isonomia.

Dessa maneira, reporto-me ao quando decidido pelo Nobre Magistrado sentenciante:

"No mais, não se vislumbra qualquer impossibilidade fática ou jurídica de se abater da execução fiscal ajuizada, parte da dívida referente às CDA's que pretende a impetrante ver parcelada, prosseguindo a execução em relação aos débitos fiscais com fatos geradores posteriores a julho de 2012."

Do que se observa, os dispositivos de lei federal tido por violados (arts. 106 e 111 do CTN) não foram efetivamente analisados no acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

Não o bastante, está claro que a Corte estadual decidiu a lide, relativa aos débitos passíveis de inclusão no programa de parcelamento tributário de ICMS, com base na interpretação do direito local e em princípio constitucional, insuscetíveis de revisão pela via do recurso especial, em razão do que dispõem a Súmula 280 do STF e o art. 102, III, da CF/1988, respectivamente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

